

REALISMO COMERCIAL OFENSIVO: A GUERRA COMERCIAL DE TRUMP COMO ESTRATÉGIA GEOPOLÍTICA

Por Marco Antonio de Freitas Coutinho*



Imagem meramente ilustrativa, gerada por inteligência artificial.

A guerra comercial de Trump é analisada como “Realismo Comercial Ofensivo”, onde o comércio se torna instrumento de poder geopolítico; essa estratégia de coerção inaugura uma nova fase nas relações internacionais.

A guerra comercial iniciada por Donald Trump desde sua posse em 2025 transcende os objetivos tradicionais de proteção industrial ou correção de déficits. Ela representa uma inflexão estratégica na política externa dos Estados Unidos, na qual o comércio internacional é mobilizado como instrumento de poder duro. Este ensaio propõe o conceito de Realismo Comercial Ofensivo, uma lente teórica que interpreta tarifas, sanções e acordos bilaterais como formas de coerção geopolítica, alinhadas à lógica do realismo ofensivo clássico. Ao romper com o multilateralismo e instrumentalizar o comércio como ferramenta de dominação, a administração Trump inaugura uma nova doutrina estratégica que desafia os fundamentos liberais da ordem econômica global.

O objetivo deste trabalho é analisar essa transformação à luz da teoria das Relações Internacionais, com especial atenção às reações da comunidade internacional e aos limites da coordenação internacional frente à coerção comercial americana.

FUNDAMENTOS TEÓRICOS

O realismo político, conforme sistematizado por autores como Hans Morgenthau e Kenneth Waltz, parte da premissa de que os Estados agem racionalmente em um sistema internacional anárquico, buscando maximizar poder e segurança. John Mearsheimer, ao desenvolver o realismo ofensivo, argumenta que os Estados não se contentam com equilíbrio: eles buscam hegemonia regional como forma de garantir sobrevivência.

Daniel Jatobá (2013), em Teoria das Relações Internacionais, destaca que o realismo permanece como uma das abordagens mais influentes na análise da política global, especialmente em contextos de competição estratégica. O presente ensaio propõe uma extensão dessa lógica para o campo econômico, onde o comércio deixa de ser visto como *soft power* e passa a integrar o arsenal de poder duro.

Embora o realismo seja dominante na análise da política de poder, outras abordagens teóricas oferecem interpretações distintas sobre o papel do comércio internacional. O liberalismo comercial, por exemplo, parte da premissa de que o livre comércio promove interdependência, reduzindo incentivos para conflitos. Autores como Robert Keohane e Joseph Nye, ao desenvolverem o conceito de interdependência complexa, argumentam que os Estados modernos estão conectados por múltiplos canais — econômicos, diplomáticos e sociais — que tornam a guerra menos racional.

Essas abordagens contrastam com o Realismo Comercial Ofensivo ao enxergar o comércio como vetor de cooperação, não de coerção. No entanto, a prática recente da política externa americana sob Trump desafia essas premissas, revelando que o comércio pode ser instrumentalizado como ferramenta de dominação estratégica.

PROPOSTA TEÓRICA: REALISMO COMERCIAL OFENSIVO

Tradicionalmente, o comércio internacional tem sido considerado um apanágio do liberalismo, sustentado pela crença de que a interdependência econômica promove estabilidade e cooperação entre Estados. Essa visão, consagrada por autores como Keohane e Nye, pressupõe que o aumento das trocas comerciais reduz os incentivos ao conflito e fortalece instituições multilaterais. No entanto, a política comercial de Trump desafia essa premissa ao instrumentalizar o comércio como ferramenta de coerção estratégica, alinhando-o à lógica do realismo ofensivo. Ao aplicar tarifas punitivas, romper com o multilateralismo e impor sanções seletivas, Trump transforma o comércio em um campo de disputa geopolítica, aproximando-o da doutrina realista que privilegia o poder e a segurança sobre a cooperação. Essa inflexão revela que, longe de ser neutro ou pacificador, o comércio pode ser mobilizado como instrumento de dominação — invertendo o eixo teórico que por décadas o vinculou ao liberalismo.

Neste sentido, o conceito de Realismo Comercial Ofensivo parte da hipótese de que o comércio internacional pode ser mobilizado como instrumento de poder duro, rompendo com a visão tradicional que o associa ao *soft power* e à cooperação entre Estados. Trata-se de uma extensão da lógica do realismo ofensivo, conforme desenvolvida por Mearsheimer (2001), para o campo econômico-comercial, onde o objetivo não é apenas maximizar ganhos materiais, mas impor interesses estratégicos e reconfigurar alianças.

No contexto dessa abordagem, tarifas não são meramente medidas protecionistas: elas funcionariam como mecanismos de pressão geopolítica, aplicadas seletivamente para punir ou recompensar países com base em seus alinhamentos estratégicos. A ruptura com o multilateralismo, evidenciada pelo desprezo às instituições como a Organização Mundial do Comércio (OMC), reflete a preferência por acordos bilaterais assimétricos, nos quais os Estados Unidos podem exercer maior controle e impor condições vantajosas.

Outro elemento central é o uso de sanções secundárias, que penalizam países que mantêm relações comerciais com adversários dos EUA, como Rússia ou Irã. Essa prática amplia o alcance da coerção americana, transformando o comércio em um campo de disputa indireta. Além disso, o alinhamento econômico passa a ser utilizado como critério de lealdade geopolítica, redefinindo alianças com base na obediência comercial e não apenas na afinidade ideológica ou militar.

O Realismo Comercial Ofensivo, portanto, propõe uma leitura estratégica do comércio internacional, na qual as trocas econômicas são instrumentalizadas para ampliar a influência de grandes potências, enfraquecer rivais e moldar a ordem global segundo interesses nacionais. Essa lente teórica permite compreender ações como as de Trump não como desvios protecionistas, mas como parte de uma doutrina articulada de poder.

ESTUDO DE CASO: A POLÍTICA COMERCIAL DE TRUMP

A administração Trump impôs tarifas punitivas a países como China, Brasil e Índia, muitas vezes com justificativas políticas. O Brasil, por exemplo, foi alvo de tarifas sobre aço e alumínio após posicionamentos internos desfavoráveis à Casa Branca. A Índia sofreu sanções por manter comércio energético com a Rússia. Ao mesmo tempo, os EUA mantiveram importações silenciosas de fertilizantes, urânio e paládio russos, revelando uma lógica seletiva e estratégica. Essa seletividade revela que as sanções não seguem uma lógica moral, mas sim uma racionalidade geopolítica voltada à conveniência estratégica.

À medida em que vencia o prazo estabelecido por Trump para a entrada em vigor das novas tarifas, os países dos BRICS intensificaram esforços para coordenar uma resposta conjunta. Brasil e Índia, os mais diretamente afetados pelas medidas punitivas, realizaram reuniões bilaterais e sinalizaram interesse em ampliar o comércio entre si, fortalecer mecanismos internos do bloco e acelerar iniciativas como a desdolarização e a integração tecnológica. Segundo reportagem do portal *Terra* (2025), os líderes dos dois países discutiram estratégias de cooperação em áreas como energia, defesa e agricultura, além de propor a ampliação do acordo Mercosul-Índia e o uso de plataformas digitais como Pix e UPI para facilitar transações comerciais.

Essas ações revelam uma tentativa de balanceamento comercial, ou seja, de contrabalançar o poder coercitivo dos Estados Unidos por meio de alianças alternativas e maior autonomia econômica. A China, por sua vez, condenou publicamente as tarifas e reafirmou seu compromisso com o multilateralismo, enquanto a Rússia manteve canais de comércio com os demais membros do bloco, apesar das sanções secundárias. A atuação dos BRICS, portanto, representa uma tentativa de resistência coordenada, mas ainda enfrenta desafios internos e externos.

Entretanto, o caso da União Europeia expõe os limites dessa estratégia. Diante da ameaça de tarifas punitivas e da necessidade de garantir acesso ao mercado americano, o bloco europeu optou por uma solução bilateral, firmando um acordo com os EUA que reduziu parcialmente as tarifas, mas exigiu concessões significativas — como investimentos em território americano e substituição de combustíveis russos. Essa decisão enfraqueceu a posição do Mercosul nas negociações e fragmentou o esforço multilateral, evidenciando que o balanceamento comercial, embora desejável, não é garantido em contextos de assimetria de poder.

A eficácia do balanceamento dependerá da capacidade de blocos ou alianças de manter coesão estratégica, ampliar sua influência institucional e oferecer alternativas concretas à ordem comercial dominada pelos Estados Unidos.

ESTRATÉGIAS APLICÁVEIS

A guerra comercial promovida por Trump revela um conjunto sofisticado de estratégias que extrapolam o campo econômico e se inserem na lógica da competição geopolítica. Inspiradas nas categorias estratégicas descritas por Mearsheimer (2001) no contexto das relações de poder entre grandes potências, essas estratégias são aqui transpostas do campo político-estratégico para o campo econômico-comercial, revelando novas formas de coerção indireta e desgaste prolongado. Destacam-se três: *buck-passing* comercial, balanceamento comercial e *bait and bleed* econômico.



Figura 1: Buck-Passing.

O *buck-passing* comercial consiste em evitar o confronto direto com potências adversárias — como a Rússia — transferindo o custo político e econômico da contenção para países terceiros. Em vez de impor sanções totais à Rússia, os Estados Unidos pressionam parceiros como Índia e Alemanha, penalizando-os por manter relações comerciais com Moscou. Essa tática permite aos EUA preservar canais discretos de importação de insumos estratégicos, como fertilizantes e paládio, enquanto mantêm a narrativa pública de enfrentamento. Trata-se de uma forma de coerção indireta, que amplia o raio de influência americana sem comprometer sua

posição formal. Essa estratégia se mostra particularmente adequada para uma potência que deseja impor seus interesses sem arcar diretamente com os custos de enfrentamento.

A Figura 1 representa uma imagem de um grupo de pessoas, cada uma delas simbolizando um Estado, passando baldes de água para apagar um incêndio no mundo. O interessado em para acabar com o incêndio (o homem de terno) não será a pessoa a jogar a água no fogo, ou seja, não estaria diretamente tomando ações contra o problema identificado, utilizando terceiros para essa tarefa, evitando desgastes e riscos associados.

O *bait and bleed* econômico, por sua vez, consiste em instigar disputas comerciais entre rivais estratégicos, prolongando o desgaste mútuo. Ao provocar tensões simultâneas com China e União Europeia, os EUA fragmentam possíveis alianças comerciais e dificultam respostas coordenadas. A imposição de tarifas sobre aço e alumínio, por exemplo, gerou reações distintas entre europeus e chineses, enfraquecendo a coesão entre eles. Enquanto isso, os EUA mantêm acordos bilaterais seletivos, oferecendo vantagens pontuais a países que se afastam de blocos rivais. Essa estratégia transforma o comércio em campo de atrito entre terceiros, com os EUA operando como instigador e beneficiário indireto — uma tática eficaz para uma potência que busca manter sua primazia sem confrontos diretos.

A dimensão “*bleed*” da estratégia *bait and bleed* pode ser observada nas cartas enviadas por Trump a diversos governos ao redor do mundo, inclusive ao Brasil. Nessas correspondências, o então presidente dos Estados Unidos propunha novas taxas comerciais sob justificativas políticas e encerrava com ameaças explícitas de retaliação. No caso brasileiro, a carta afirmava que, se o país não aceitasse os termos, os EUA aplicariam uma tarifa de 50% sobre todas as exportações brasileiras, além das tarifas setoriais já existentes. Essa prática revela uma forma de desgaste calculado: ao atrair os países para uma posição de resistência (o *bait*), os EUA impõem custos econômicos e diplomáticos severos (o *bleed*), drenando sua capacidade de reação autônoma.

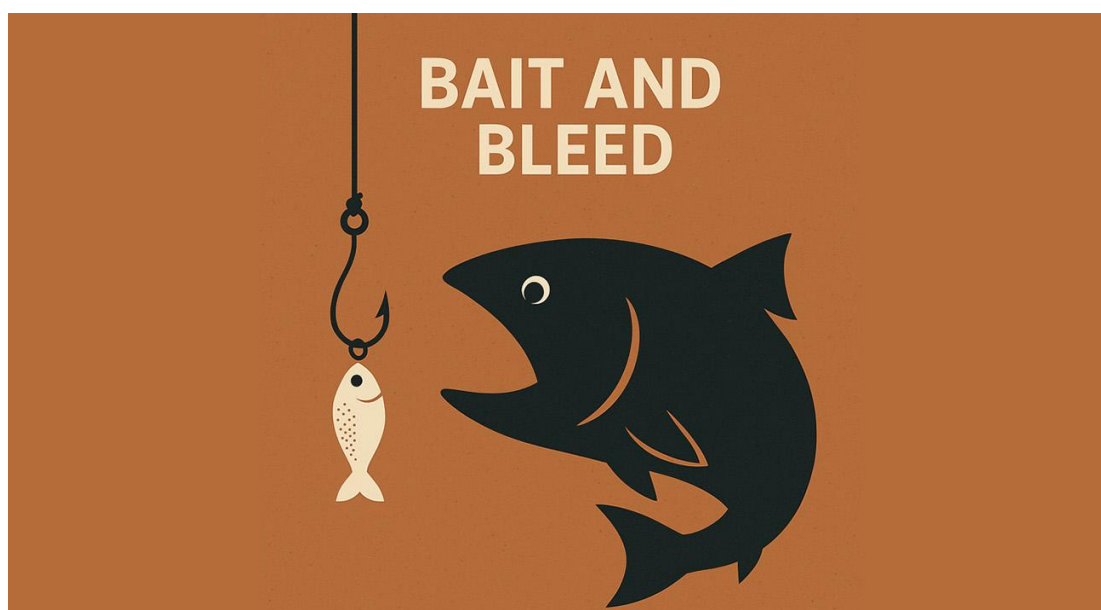


Figura 2: Bait and Bleed.

A Figura 2 é ilustrativa dessa estratégia. É lançada uma isca para um peixe representativo de um Estado alvo. Ao peixe alvo fica a escolha: aceitar morder a isca e ou levar um golpe mortal.

Já o balanceamento comercial emerge como ferramenta de reação por parte de potências regionais e Estados periféricos. Países como os membros dos BRICS têm buscado contrabalançar o poder dos EUA por meio de coalizões alternativas, expansão de acordos comerciais intrabloco, promoção da desdolarização e fortalecimento de instituições paralelas como o Novo Banco de Desenvolvimento. Embora essas iniciativas enfrentem limitações internas — como assimetrias econômicas e falta de coordenação estratégica — elas representam uma tentativa de reconfigurar a arquitetura do comércio global. Quando reinterpretado à luz do realismo ofensivo, o balanceamento comercial pode ser visto como uma estratégia que, aplicada na esfera econômica, promove a construção de um ambiente mais favorável à autonomia de potências emergentes e Estados periféricos, ampliando sua capacidade de projeção internacional.

A Figura 3 procura exemplificar o balanceamento: Estados menores, representados por animais silvestres, se unem para tentar compensar o peso de um dragão estatal que os ameaça numa guerra comercial, criando condições para resistir ao “bait” (a isca) ou ao “bleed”, o sangramento.



Figura 3: Balanceamento.

Essas três estratégias, reinterpretadas no contexto do Realismo Comercial Ofensivo, revelam que o comércio internacional pode ser mobilizado como instrumento de poder duro, alinhado à lógica clássica da competição entre grandes potências.

NOTA METODOLÓGICA

Este ensaio adota uma abordagem teórico-conceitual, com o objetivo de propor uma nova lente analítica para interpretar a guerra comercial como estratégia geopolítica. A proposta do Realismo Comercial Ofensivo parte da extrapolação de conceitos do

realismo ofensivo clássico para o campo econômico, sem pretensão de exaustividade empírica. O estudo de caso da política comercial de Trump serve como ilustração da hipótese, e não como validação estatística. A intenção é fomentar debate acadêmico e estimular novas pesquisas sobre o uso estratégico do comércio nas relações internacionais contemporâneas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conceito de Realismo Comercial Ofensivo oferece uma chave interpretativa para compreender a guerra comercial como parte de uma doutrina estratégica articulada. Trump não apenas redesenhou tarifas — ele redesenhou o papel do comércio na geopolítica contemporânea. Ao transformar trocas econômicas em instrumentos de pressão e alinhamento, os Estados Unidos inauguram uma nova fase da competição internacional, marcada pela seletividade, bilateralismo e coerção.

A reação dos BRICS revela que há espaço para resistência coordenada, mas também evidencia os limites do balanceamento em contextos de assimetria de poder, como demonstrado pela acomodação da União Europeia. A fragmentação institucional e o enfraquecimento do multilateralismo indicam que o comércio internacional está deixando de ser um vetor de cooperação para se tornar um campo de disputa estratégica.

Diante desse cenário, cabe questionar se Trump estaria inaugurando um “novo normal” nas relações internacionais — um ambiente em que o comércio deixa de ser regido por normas estáveis e passa a refletir diretamente os interesses geopolíticos das grandes potências. A ruptura com as regras da Organização Mundial do Comércio, o uso seletivo de sanções e a reconfiguração de alianças comerciais sugerem uma transição sistêmica, marcada pela instabilidade normativa e pela intensificação da competição entre blocos.

Nesse contexto, a teoria do Realismo Comercial Ofensivo pode servir como ferramenta analítica para formuladores de políticas, analistas e acadêmicos que buscam compreender as novas regras de um jogo que passou a ser jogado em meio à incerteza. Mais do que uma descrição da política americana, trata-se de uma lente que permite antecipar movimentos estratégicos, avaliar riscos e formular respostas que preservem autonomia sem abrir mão da inserção global.

REFERÊNCIAS

BRAUN, Julia. *Trump está acabando com as regras do comércio internacional?* G1, 5 de agosto de 2025. Disponível em:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2025/08/05/nova-era-trump-esta-acabando-com-as-regras-do-comercio-internacional.ghtml>.

JATOBÁ, Daniel. *Teoria das Relações Internacionais*. São Paulo: Saraiva, 2013.

KEOHANE, Robert; **NYE**, Joseph. *Power and Interdependence*. Boston: Little, Brown, 1977.

MEARSHEIMER, John J. *The Tragedy of Great Power Politics*. New York: W.W. Norton, 2001.

SOUSA, Alinne. *Quatro mudanças de Trump que definem a nova geopolítica internacional*. Revista Soberana, 16 de maio 2025. Disponível em: <https://revistasoberana.com.br/2025/05/16/quatro-mudancas-de-trump-que-definem-a-nova-geopolitica-internacional/>.

Em meio a tarifaço de Trump, Brasil e Índia exaltam BRICS. Terra, 7 de agosto de 2025. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/em-meio-a-tarifaco-de-trump-lula-e-premie-da-india-trocam-informacoes-sobre-pix-e-exaltam-brics,167d5fec8a4984e1067d6e25bbc3fc39xoes78kg.html>.

***Marco Antonio de Freitas Coutinho** é coronel da reserva do Exército Brasileiro, bacharel em Ciências Militares pela AMAN, mestre em Operações Militares pela EsAO e em Ciências Militares pela ECEME. Coutinho é pós-graduado em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília e mestrando em Ciência Política Internacional pela Fundação Universitária Iberoamericana (Espanha). Pode ser contatado pelo e-mail: marccoutinho@hotmail.com.
